

21.janeiro.2014 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: Consórcio PToNANO

Eng.^a Helena Gouveia (Instituto da Soldadura e Qualidade – ISQ – Coordenadora do consórcio), Eng.^a Ana Rita Soares (Instituto Português da Qualidade - IPQ), Doutora Nádía Vital (Instituto da Soldadura e Qualidade – ISQ), Doutora Henriqueta Louro (Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge – INSA) e Eng.^a Fernanda Saraiva (Instituto Português da Qualidade - IPQ).

Recebidos por: Deputados: Elza Pais (PS, Relatora da temática da Ciência), António Cardoso (PS), Maria José Castelo Branco (PSD), Paula Baptista (PCP), Rita Rato (PCP) e Sandra Pontedeira (PS).

Assunto: A participação portuguesa no Projeto NANoREG.

Exposição: A Deputada Elza Pais (PS, Relatora da temática da Ciência), que presidia à reunião, deu as boas vindas às representantes do Consórcio PToNANO, indicou qual a grelha de tempos e pediu-lhes para exporem a matéria em causa.

As representantes do Consórcio fizeram uma apresentação sobre a matéria (disponível na [página da Comissão, na internet](#)), referindo o alargamento da utilização de nanomateriais e de produtos com nanopartículas (a nível de cosmética, produtos de limpeza de carros, cremes solares, etc) e a necessidade de equacionar a segurança dos mesmos bem como os riscos inerentes.

Realçaram que os nanomateriais têm um grande potencial económico e se tem verificado um grande crescimento dos mesmos e do seu mercado. Referindo que há questões de segurança não resolvidas, deram informações sobre o projeto europeu NANoREG, uma colaboração entre 60 parceiros, que pretende responder a questões fundamentais da saúde, segurança e ambiente, relativamente ao desenvolvimento e utilização de nanomateriais, tendo em vista a compatibilização de informação.

Referiram que a nível da União Europeia só há um projeto desta temática e entenderam que o poderiam desenvolver em Portugal, posicionando o nosso país no contexto europeu a nível de segurança, sensibilizando a sociedade portuguesa, colocando a nanotecnologia como prioridade e preparando as empresas portuguesas para a regulamentação do mercado.

Indicaram que o Consórcio PToNANO é uma plataforma de colaboração entre 4 entidades nacionais, sendo uma privada (Instituto da Soldadura e Qualidade) e 3 públicas (Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, Instituto Português da Qualidade e Direção Geral da Saúde), visando o envolvimento de todas as entidades, desde legisladores/reguladores, investigação, indústria e público em geral.

Indicou, depois, as expectativas quanto ao projeto, referindo as zonas de intervenção a nível das nanotecnologias e as atividades realizadas, a saber: criação de uma base de dados, com inquéritos distribuídos a entidades do setor; produção de evidência científica, com ensaios, para suporte da decisão regulamentar; divulgação e disseminação da informação; organização de um Encontro Nacional sobre Nanotecnologia, a ocorrer em abril de 2014.

Em termos de dificuldades, salientaram que não há um plano estratégico nacional a nível de nanotecnologia e um interlocutor único, que articule a atividade da indústria com a da ciência. Salientaram, ainda, que é necessária legislação para garantir a segurança e para haver uma entrada mais fácil no mercado e realçaram que as pequenas e médias empresas não têm capacidade para fazerem investigação, nomeadamente, sobre os valores limite para a maior parte dos produtos e que efeitos podem ter.

Interveio de seguida a Deputada Maria José Castelo Branco (PSD), que colocou várias questões, a saber: por que razão entendem que Portugal tem um grande potencial a nível de nanotecnologia; a falta de legislação é só do nosso país ou também da União Europeia; considerando que informar e divulgar são as melhores medidas, o que propõem nesse âmbito; quais as razões para o reduzido número de patentes na área; quais as ligações entre os investigadores e o tecido empresarial.

A Deputada Sandra Pontedeira (PS) colocou as seguintes questões: em que área (saúde ou ciência) entendem que deveria ser desenvolvido um plano estratégico nacional e quem deve trabalhar a matéria; a falta de legislação resulta apenas da falta de sensibilização ou tem mais origens; qual a justificação que dão para o facto de ter sido recentemente alterado o regime de saúde e segurança no trabalho e não ter havido referências a esta matéria.

A Deputada Rita Rato (PCP) referiu que a matéria é importante a nível transversal e perguntou qual o financiamento que têm para o projeto PToNANO, se o mesmo é comunitário ou através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e se assegura integralmente o projeto, pedindo ainda indicação do número de pessoas envolvidas no mesmo.

A Deputada Elza Pais (PS, Relatora da temática da Ciência) informou que a Comissão tinha feito recentemente uma visita ao Laboratório Internacional Ibérico de Nanotecnologia, em Braga e questionou qual a relação que têm com o mesmo. Perguntou depois qual o financiamento no âmbito do novo quadro comunitário, se têm investigadores contratados no projeto e qual a viabilidade da sua manutenção.

Em resposta às intervenções dos Deputados, as representantes do Consórcio referiram que o projeto europeu NANoREG tem regras de financiamento diferentes do restante quadro comunitário, tendo a União Europeia dado 10.000.000€ e cada uma das entidades nacionais o restante, tendo atualmente um orçamento total de 50.000.000€.

Em relação ao projeto PToNANO, informaram que não conseguiram financiamentos a nível da FCT e que o Instituto da Soldadura e Qualidade recebe apoios da União Europeia, sendo os custos com pessoal assegurados por cada uma das entidades participantes. Por outro lado, estão a tentar entrar em novos projetos, para efeitos de apoios comunitários.

Indicaram que o Instituto Português da Qualidade, que inclui metrologia e normalização, no âmbito da primeira, colabora em projetos comunitários, tendo sido realçado, em relação à



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

normalização, a necessidade de se aprovarem normas, até a nível comunitário e de se criarem padrões.

Informaram que contactaram o Laboratório Internacional Ibérico de Nanotecnologia e têm relações com ele, mas aquele Laboratório está a concorrer diretamente a projetos.

Realçaram que é essencial fazer o levantamento de todas as entidades que trabalham no setor e articular as respetivas atividades. Realçaram que existe uma rede de legislação e que os nanomateriais devem ser registados de forma diferente dos restantes materiais, mas é necessário haver evidência de que se integram nesse grupo.

Por fim, a Deputada Elza Pais (PS) indicou que a Assembleia da República tem possibilidade de avaliar as propostas de iniciativas legislativas ou outras que lhe façam chegar.

A gravação vídeo e áudio da reunião, a apresentação feita e a documentação entregue estão disponibilizadas na [página da Comissão, na internet](#).

Palácio de São Bento, 21 de janeiro de 2014

A assessora da Comissão

Teresa Fernandes